

Ata da V Reunião de Trabalho do Comitê Tempo de Justiça 2023

ATA CTJ N°	09/2023
Título	Reunião do Comitê do Tempo de Justiça
Local	Sala da Associação Cearense dos Magistrados - ACM
Data	30/11/2023
Horário	10:00 às 12:30

Participantes:

Nome	Instituição	Função
Desa. Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves	TJCE	Desembargadora
Dr. Antônio Edilberto Oliveira Lima	TJCE	Juiz da 1ª Vara do Júri – coordenador das varas do júri
Dr. Raimundo Lucena Neto	TJCE	Juiz auxiliar da 5ª Vara do Júri
Dra. Márcia Lopes	MPCE	Promotora de Justiça
Dr. Victor Montenegro	DPCE	Defensoria Pública
Dra. Tereza Cristina Cruz	PCCE	Delegada Geral Adjunta
Dr. Ricardo Gonçalves Pinheiro	PCCE	Delegado
Dr. Danilo Rafanelle	PCCE	Delegado
Dr. Júlio César Nogueira Torres	PEFOCE	Perícia Criminal
Rafael dos Santos Sousa	ViceGov	Vice Governadoria
Karlos Raphael Bezerra	ViceGov	Vice Governadoria
José Ivo de F. Lima	ViceGov	Agente de Informação do Tempo de Justiça
Carla Ponte	ViceGov	Agente de Informação do Tempo de Justiça
Aline Fernandes	ViceGov	Assistente Administrativo do Tempo de Justiça
Jordana Portela	ViceGov	Assistente Administrativo do Tempo de Justiça
Gustavo Pereira	TJCE	SETIN TJCE
José Diego Nunes Xavier	SEPLAG	Gerente
Socorro Gomes	TJCE	5ª Vara do Júri

Encaminhamentos:

Reunião iniciada às 10h, com a presença dos representantes do comitê e dos convidados acima listados.

Iniciados os trabalhos, a Desembargadora Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves saudou e agradeceu a presença de todos. Em seguida, ressaltou a importância da colaboração de todos os parceiros para o bom desempenho do Programa, haja vista a necessidade de acompanhamento diuturno dos prazos processuais.

Dada a palavra ao juiz coordenador das varas do júri da comarca de Fortaleza, Dr. Edilberto agradeceu a todos, reconhecendo o esforço de todas as instituições, destacando que o projeto é uma união de todos os envolvidos. O magistrado apresentou os resultados obtidos pelo grupo de trabalho instituído para auxiliar as varas do júri, a partir do mês de setembro/2023, ressaltando o incremento no número de audiências de instrução e de sessões de júri, o que revela um resultado positivo. Encerrou sua fala agradecendo a todas as instituições que estão caminhando juntas, afirmando que tem sido um projeto animador e que tem dado certo.

Desa. Ângela aproveitou para agradecer o empenho e dedicação do Dr. Edilberto, afirmando que o mesmo tem sido uma peça importante nesse processo. Expôs, ainda, que a ideia do grupo de trabalho (GT) foi criar uma unidade volante e que os números do programa mostram que a ideia teve êxito. Agradeceu também à Defensoria Pública, Ministério Público, Pefoce e Polícia Civil, por mandarem seus dados para acompanhamento dos casos, o que otimiza o trabalho dos servidores.

Posteriormente, a Desembargadora Ângela apresentou a ata da reunião anterior, já encaminhada via Whatsapp, para a aprovação dos presentes, o que foi feito. Em face da aprovação da ata, a Des. Ângela passou a elencar os compromissos firmados na reunião anterior para que os responsáveis se manifestassem.

Foi passada a palavra para o Rafael e Karlos Raphael para apresentarem o novo painel. Karlos Raphael explanou, neste momento, as inconsistências do painel antigo, afirmando que existem processos que estão no painel, mas não estão no banco de dados da Polícia Civil, sendo 668 casos desde 2017.

Gustavo Pereira afirmou que a reunião com os diretores de secretaria, realizada no dia 07 próximo passado não foi bem-sucedida, porque não conseguiram os recursos necessários, sendo realizada posteriormente por videoconferência. E que a reunião com a TI da vice-governadoria ocorreu, no intuito de reunir as inconsistências.

Após, Gustavo informou, ainda, que o sistema do painel tem as fases e conjunto de regras que foram definidas em 2017 e enfatizou que a equipe da TI da vice-governadoria sempre prioriza o painel. Por fim, recomendou que fosse designado 2 ou 3 diretores de secretaria para definir novas regras para o painel, para explicar para o Comitê e, sendo aprovado, ser implementado pela equipe da vice-governadoria.

A Desa. Ângela pediu sugestão para a servidora Socorro de quem poderia colaborar, podendo ser alguém da 1ª e 3ª Varas do júri. Ficou então designado que participariam da reunião com a TI, a Dra. Socorro pela 5ª vara do júri; a servidora Michelle, pela 3ª vara do júri e a servidora Priscila pela 1ª vara do júri, no intuito de se reunirem dia 12/12/2023 para definição das novas regras do painel.

Gustavo sugeriu que a reunião fosse de maneira virtual e, após a definição das regras, fosse feito um cronograma com a TI da vice-governadoria para obtenção das metas.

Por Karlos Rapahel foi sugerida a criação de uma API nova. Gustavo explicou que a equipe que construiu a API do painel não está mais presente na vice-governadoria; logo, a criação dessa API nova seria mais célere e mais eficaz. Karlos Raphael afirmou, ainda, que caso fosse criada a nova API, seria toda documentada para, caso fosse mudada a equipe de TI, pudesse dar continuidade ao projeto.

Ato seguido, a Desa Ângela sugeriu que, após a finalização do painel, houvesse uma divulgação do projeto em cada órgão para que fosse utilizado pelos servidores.

Rafael apresentou o *layout* do novo painel, explicou que os dados serão mais claros de visualizar do que no painel anterior, sendo apresentado, logo de início, os casos que estão fora da meta estabelecida pelo programa. Enfatizou que foram acrescentadas as comarcas do interior do estado. Rafael comunicou que foram identificados 668 inquéritos que o painel do tempo de justiça puxou, porém alguns desaparecem da base de inquérito da Polícia Civil, já tendo sido visto com a TI da polícia e ainda está aguardando informações do porquê isso acontecer.

Dra. Tereza Cristina enfatizou que a TI não é da Polícia Civil, visto não terem uma TI própria, que a mesma é administrada pela SSPDS. Sobre o caso noticiado por Rafael, o Dr. Ricardo informou que pode ser uma das explicações para a inconsistência, o fato de o procedimento policial ser instaurado pelo lugar do crime e depois ser encaminhado para região metropolitana, para a delegacia devida.

Logo Após, o Dr. Victor informou que é importante constar no painel a diferença da defesa do acusado ser pela Defensoria Pública ou pela Advocacia Privada, uma vez que possuem prazos diferentes e ficaria melhor a visualização do esforço de cada órgão. Sugeriu que fosse visto com as varas, uma vez que estas utilizam dessa ferramenta e poderia ser puxada para o painel.

Dando continuidade, a Des. Ângela pediu para que o servidor Ivo fizesse uma explanação do painel antigo, na parte do Tribunal de Justiça, o que foi acolhido pelo servidor.

Empós, a Dra. Márcia sugeriu focar nos casos a partir de julho de 2023 para conseguir entregar resultados dentro da meta do programa, tendo um tempo mais viável. Na oportunidade, a Des. Ângela perguntou ao Comitê qual a meta que poderia ser utilizada a partir de agora, tendo a concordância unânime de que a equipe poderia focar nos casos que estejam com até 250 dias de tramitação nas fases que aguardam a instrução, pois teriam mais chances de cumprir a meta do programa.

O Dr. Raimundo Lucena, juiz auxiliar da 5ª vara do júri, deixou registrado seu agradecimento à chegada do GT de juízes e elogiou o trabalho realizado pela Des. Ângela.

Ato seguido, a servidora Socorro comunicou que o Desembargador Eduardo Scorsafava, coordenador das metas do ENASP, encaminhou ofício para as varas do júri solicitando informações sobre os processos que estão inconsistentes, sendo sugerido pela Des. Ângela que fosse feito o mesmo para o programa Tempo de Justiça.

Empós, Gustavo Pereira informou que foi criado o grupo no Microsoft para tratar essas inconsistências encontradas, como ficou consignado na reunião anterior, porém os participantes explanaram suas opiniões de que seria melhor um grupo no Whastapp, e ainda estão analisando qual o melhor.

Após, a Des. Ângela afirmou que as unidades do Júri continuarão recebendo as planilhas semanais dos processos inclusos no Tempo de Justiça e, ainda, pediu uma lista dos feminicídios de 2023 da polícia civil para que fosse feita uma comparação dos casos, com a planilha que os servidores do programa trabalham.

A Des. Ângela informou que a meta do atual ciclo do Programa Tempo de Justiça será também dar uma especial atenção aos feminicídios, a fim de que os mesmos possam ser julgados dentro do prazo de 400 dias, convergindo com o pedido do TJCE em priorizar as metas 4, 8 e 10 do CNJ.

Nesse momento, a Des. Ângela destacou que o Tempo de Justiça Mulher será o cartão de visitas do Tempo de Justiça e ainda servirá para impulsionar o cumprimento da Meta 8 do CNJ por parte do TJCE.



A Desa Ângela pediu a colaboração de todos os presentes e de suas respectivas instituições para tentar entregar todos os processos de feminicídios julgados ao final dos 400 dias, iniciados em julho de 2023, e reforçou que conseguimos avançar da última reunião para essa.

Por fim, a Desembargadora Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves reforçou que as reuniões serão realizadas na última quinta-feira de cada mês, às 10h, na sala da ACM, no Fórum Clóvis Beviláqua. Agradeceu a presença e empenho de todos, destacou a importância do programa.

COMPROMISSOS:

#	Compromisso	Responsável
01	Apresentação da versão do painel na próxima reunião	Karlos Raphael e Rafael
02	Reunião 12/12/2023 para definição de regras do painel	Socorro, Michelle e Priscila
03	Entrega de planilha com o andamento dos processos para facilitar o planejamento semanal das Varas do Júri.	Carla e Ivo
04	Grupo no Microsoft Teams ou Whatsapp para tratar das inconsistências	Gustavo
05	Apresentação dos dados sobre feminicídio das 5 Varas do Júri e Município	Aline e Jordana
06	Apresentação de uma proposta concreta para divulgação do Programa Tempo de Justiça - <i>Briefing</i>	Paulo Ítalo
07	Acompanhamento diário do andamento através da atualização de histórico de partes dos processos com a tarja do tempo de justiça, bem como cautelares e feminicídio.	Carla e Ivo
08	Envio de ofício com a lista de inquéritos enviados à justiça para apurar homicídios com autoria identificada no mês anterior.	Dr. Danilo Rafanelle

Em ato contínuo, não existindo outras manifestações, a reunião foi encerrada às 12h30min, pela Desembargadora Ângela, sendo agendada a próxima reunião para o dia **25 de janeiro de 2024, quinta-feira, as 10h00min, na Sala da Associação Cearense dos Magistrados - ACM.**

Lavrada a presente ata, foi a mesma enviada para o e-mail dos participantes e demais integrantes do comitê para conhecimento.